

O mundo passa hoje por uma situação de insegurança única, de todos conhecida, que envolve a única hiper-potência e todo o seu relacionamento internacional, com consequências no próprio sistema. A NATO, como a mais duradoura de todas as Alianças político-militares e indubitavelmente a de maior sucesso, não pode fugir ao confronto com uma realidade nova que tem assumido contornos de uma gravidade insuspeitada antes dos acontecimentos do 11 de Setembro. A NATO sobreviveu bem à queda do Muro de Berlim, à implosão da URSS e ao tipo de conflitos que foram surgindo ao longo da década de 90. Demonstrou uma notável flexibilidade e capacidade de adaptação. Neste momento a situação é, pela primeira vez, completamente diferente já que os EUA se sentem em perigo dentro do seu próprio território e o tipo de ameaças que se perspectivam levam-nos a querer intervir nas admitidas origens dos problemas, agindo militarmente contra certos regimes ditatoriais que, segundo crêem, são fontes de formação do terrorismo transnacional e também da construção clandestina de armas nucleares, biológicas e químicas. Quando acontece que a Rússia tem já um acordo especial com a NATO, quando esta e a União Europeia estão a caminhar para um alargamento rápido e muito abrangente para Leste, tal significa que os problemas que se põem nas Fronteiras da Segurança destas duas grandes Alianças já estão aquém das grandes ameaças à paz e à segurança internacional que andam no ar desde o “11 de Setembro”. São internamente as Fronteiras da Vulnerabilidade que surgem com maior fragilidade pelas características muito especiais destas novas ameaças, muito vivas após o dia dos trágicos atentados. Por outro lado, nunca deixaram de ter actualidade os problemas das fontes de energia, dos seus fluxos e de novas áreas de exploração de petróleo e de gás natural que tendem a dominar muitas decisões. Quer isto dizer que as prioridades para os EUA podem vir a mudar e que ocorrerá certamente a hipótese dos europeus terem de assumir mais responsabilidades naquilo que está nas suas próprias áreas de interesses e de segurança. Por outro lado, a maior vitória que poderia ser dada a qualquer inimigo das democracias ocidentais seria o afastamento em termos estratégicos e de segurança entre os EUA e a Europa Ocidental que têm sido os pilares mais sólidos de estabilidade em todo o mundo e a base do seu progresso. Como responder às novas crises e ameaças sem desfazer esta relação histórica e estratégica entre os EUA e a Europa? É algo que neste número da Revista Nação e Defesa se procura abordar e encontrar algumas respostas. Creio que também posso avançar com uma opinião pessoal a este

respeito. Todo o património político, militar, tecnológico, normativo, de multilateralismo, que existe na NATO deve ser preservado cuidadosamente, possuindo esta um natural poder de atracção sobre os países vizinhos, o que não é discipiendo. Com o eventual rasgar desta Aliança todos sairiam prejudicados, mas Portugal estaria no grupo dos mais afectados. Acontece que os EUA se têm sentido na obrigação de actuar rapidamente, onde crêem que os seus interesses e os seus cidadãos estão em perigo e têm-no feito de um modo que aparenta ser cada vez mais unilateral deixando que a Europa se enrede em críticas e discussões que poderão ser infundáveis. Daqui ninguém tira benefícios. Vale a pena recordar três outras grandes questões relacionadas e a considerar:

- A diferença de percepção em relação às ameaças; os EUA sentem que estão em guerra e a Europa não.
- A diferença abissal de poder que permite, em termos militares (que não políticos) aos EUA actuar sozinhos.
- Diferenças, também, de entendimento, quanto ao modo de lidar com estas ameaças. Mais militares são as posições norte-americanas, contrariamente às posições europeias que apontam tendencialmente para soluções mais políticas, sociais e económicas.

Como poderá ser o futuro possível, com as consequências do alargamento a Leste e preocupações de segurança que se deverão estender ao Atlântico Sul? Todo o “acquis” da NATO não poderá ser desperdiçado e deverá ser evitado que a Aliança seja considerada, superficialmente, sem interesse e ultrapassada. Sendo o fórum mais importante de relacionamento político-militar dos EUA com a Europa (e onde tantos debates difíceis têm ocorrido) os seus mecanismos de decisão por consenso podem paralisar acções operacionais que requerem grande rapidez de decisão e de actuação. Os EUA não quererão ficar bloqueados por processos instrumentais, fruto da cultura da própria Aliança e que foram criados noutra ambiente histórico e perante outras ameaças. Assim sendo parece-me que tudo deve ser feito para a preservação da NATO (ainda que repensada), fazendo os Aliados Europeus mais esforços nos seus investimentos na defesa e na relação entre estes e o seu produto operacional.

E quando chegar o momento da verdade e os EUA sentirem que devem actuar? Poderão fazê-lo com membros da Aliança que consigo concordem, integrando também países aliados “ad-hoc” doutras áreas do globo, utilizando as regras de funcionamento operacional da NATO, como já ocorreu no Golfo, na Bósnia e no Kosovo. Esta parece-me a solução mais realista que tudo permite preservar, garantir flexibilidade e continuar a actuar com a rapidez necessária. Independentemente de qualquer crítica às posições mais unilateralistas norte-americanas não nos podemos esquecer que a segurança e o bem estar europeus se têm baseado no respaldo, enquadramento, meios materiais e humanos garantidos pelos EUA.